

Em 99% dos casos dos imóveis dominiais, a União é coproprietária do terreno. Quem compra a outra metade assina um contrato com o governo. Pelo regime de aforamento, o morador tem de pagar uma vez por ano uma espécie de Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU) à União, que corresponde a 0,6% do valor do terreno. No caso de regime de ocupação, o co-proprietário paga por ano entre 2% e 5% do valor do terreno. Os cerca de 5 mil imóveis restantes estão alugados (cerca de 2.500), arrendados (em que se paga o aluguel de terra sem construção), cedidos ou vagos.

Correio Braziliense – 7/11

Como os presídios viram escolas do crime

Deire Assis

Auditoria realizada por analistas da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), do Tribunal de Contas da União (TCU), prova por que os presídios brasileiros são considerados verdadeiras escolas do crime. Encarcerados, os presos passam os dias ociosos. Não têm educação, capacitação profissional, trabalho e renda, direitos previstos na Lei de Execuções Penais (LEP – Lei 7.210/84) e tidos como indispensáveis numa política penitenciária que objetiva reinserir o criminoso na sociedade. No documento oficial,

Goiás aparece entre os Estados que apresentam os piores índices de participação de presos em atividades escolares.

Conforme a pesquisa, em agosto do ano passado apenas 7% da população carcerária do Estado (hoje composta aproximadamente por 6,5 mil presos) estudava. Situação semelhante foi encontrada no Espírito Santo, no Acre, em Rondônia, no Amazonas e no Pará (veja quadro). A auditoria, que foi realizada nos meses de agosto e setembro do ano passado, teve como referência os programas desenvolvidos nas áreas educacional, de qualificação profissional e de trabalho entre 2000 e 2002.

Segundo o trabalho, a qualificação profissional destinada aos presos de Goiás e em 2001 “se aproximava de zero (os dados se referem ao número de cursos por grupo de 100 presos ministrados em 2001).” Quadro semelhante só foi observado em outros três Estados: São Paulo (que mantém em seus presídios 40% dos presos do País), Pernambuco e Sergipe.

Os dados comprovam que o atual modelo em uso nos presídios, onde as autoridades simplesmente encarceram o criminoso a área de segurança, não atende ao projeto de recuperação do preso. Ao contrário, alimenta a reincidência. Em Goiás, quase metade dos presos do sistema prisional (40,36%) volta a cometer crimes. “Os condenados deixam a penitenciária qualificados. Não falo em qualificação profissional. Eles saem qualificados na atividade criminosa. Quem entra por furto sai especialista em roubo, em assalto”, analisa o juiz Wilson da Silva Dias, titular da Vara de Execuções Penais.

ANALFABETOS

De acordo com a auditoria promovida pelos analistas do Seprog, no Brasil, de 100.440 presos, 77% não estudam. No Estado do Paraná, que apresenta melhor diagnóstico nessa área, 31% dos detentos têm acesso a estudo. Levantamento feito pela atual presidência da Agência Goiana do Sistema Prisional revela que nada menos que 74% da população carcerária do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia é analfabeta ou semi-alfabetizada. Pela LEP, o Estado tem obrigação de alfabetizar os analfabetos em presídios, assim como oferecer vagas no ensino fundamental.

A auditoria concluiu que o processo de qualificação profissional dos presos, que pressupõe a elevação da escolaridade, a educação profissional, o trabalho e a renda, “não tem obtido os resultados esperados em relação à ampliação da capacidade produtiva dos sentenciados, nem tem contribuído para a melhora da auto-estima e do convívio social dos presos.

”Aliada, geralmente, às péssimas condições de acomodação, a falta de projetos na área de educação e trabalho transforma os presídios em bombas-relógio, prontas para explodir a qualquer momento. “O tempo que o preso fica ocioso, planejando fugas e outros incidentes dentro do presídio, precisa ser ocupado com trabalho e escola”, avalia Dias.

Os analistas do TCU visitaram penitenciárias de nove Estados brasileiros, mais o Distrito Federal, selecionadas de acordo com o número de presos por 100 mil habitantes. A equipe também encaminhou questionários às secretarias de Segurança Pública de todos os Estados brasileiros e a 397 unidades prisionais do País. Doze Estados, entre eles Goiás, e 248 instituições responderam os documentos, por meio dos quais foi montado o relatório final da auditoria, entregue no início deste ano às autoridades brasileiras.

‘ME ARRUMO PARA VIR PARA A ESCOLA’

Os alunos hoje matriculados na escola da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, em Aparecida de Goiânia, comprovam o que dizem as professoras. Paulo (nome fictício), de 28 anos, que cumpre pena de 28 anos por assalto, é um dos alunos que deverão concluir o ensino médio no próximo ano. “No começo, vim para a escola só para preencher o tempo. Depois, meu objetivo mudou. Quero terminar os estudos para mudar de vida quando sair daqui”, conta. Antes de ser preso, Paulo estava há oito anos sem estudar.

Há pouco tempo, a mãe dele participou na cadeia da sua formatura de 8ª série. “Ela ficou orgulhosa de mim. Lá fora ela não viu isso e pôde participar dessa minha alegria aqui dentro.” Bem vestido, o reeducando confessa: confessa: “Antes eu não tinha vontade de me arrumar. Me vestir bem para quê, para ir onde, eu pensava. Agora tenho motivo. Me arrumo para vir para a escola.”

ATIVIDADES CULTURAIS

As atividades fomentadas pela escola estadual não se limitam à educação formal. Conforme Filogônia, as atividades culturais, como teatro, música, dança e pintura são incentivadas pelos profissionais.

Na escola já nasceu um grupo de pagode e, com o auxílio dos professores, foi instalado há oito meses na penitenciária um ateliê de arte. Hoje, cinco presos passam o tempo produzindo telas, que são vendidas e ajudam no sustento próprio e da família.

ACESSO AO TRABALHO É PRIVILÉGIO

Oportunidades para presos trabalharem ainda são pequenas em Goiás. Juiz diz que empresas estão perdendo um filão e defende uma política mais agressiva do poder público

O relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o sistema carcerário no País não informa quantos presos foram encontrados trabalhando nos presídios de Goiás. De um modo geral, o documento aponta que as unidades penais brasileiras dispõem de número e variedade reduzida de oficinas. Onde a situação é melhor, consegue-se atingir de 40% a 50% da população carcerária com o acesso ao trabalho. “Torna-se um privilégio a oportunidade de trabalhar nas oficinas de produção”, dizem os analistas no documento.

Segundo informa o presidente da Agência Goiana do Sistema Prisional, Edemundo Dias de Oliveira Filho, a administração está procurando ampliar os projetos já existentes no sistema e criar outros. “Nosso objetivo é promover uma verdadeira revolução nessa área”, afirma.

De acordo com o presidente, a fazenda de cerca de 70 alqueires, de propriedade da agência, não tem praticamente nenhuma utilidade. “Já assinei aqui ordem de compra de mandioca, o que considero um absurdo. Temos condições de produzir muito aqui, o que não tem sido feito”, diz Oliveira Filho.

CONVÊNIO

As iniciativas de trabalho destinadas à população carcerária de Goiás atingem basicamente os sentenciados da Penitenciária Coronel Odenir Guimarães e os presos do regime semiaberto.

O presidente da Agência Prisional revela que convênio firmado com a Cooperativa Habitacional dos Servidores Militares e Civis permitiu empregar 58 presos do complexo prisional de Aparecida de Goiânia.

Os presos recebem um salário de 180 reais, têm 50 reais depositados numa conta de pecúlio e a família do reeducando ganha ainda uma cesta de alimentos. Uma empresa do ramo de cabides e prendedores de roupa instalou unidade dentro da penitenciária e oferece trabalho a 74 detentos.

No presídio, 60 presos participam do projeto Pintando a Liberdade, do Ministério da Justiça, voltado à fabricação de material esportivo. Na indústria criada dentro da penitenciária, 21 presos transformam bicicletas apreendidas pela Justiça em cadeiras de roda, doadas depois a entidades filantrópicas. Por esse trabalho, recebem cerca de 190 reais. Além disso, cerca de 400 presos trabalham com costura de bolas.

MÃO-DE-OBRA

O juiz da Vara de Execuções Penais, Wilson da Silva Dias, faz uma crítica à iniciativa privada, que não absorve a mão-de-obra de sentenciados nem de quem sai - os chamados egressos - do sistema prisional. "As empresas não sabem o filão que estão perdendo. Esta é uma mão-de-obra barata. Os presos não têm direitos trabalhistas e o empregador não tem deveres previdenciários", afirma.

Conforme Dias, as empresas do Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia (Daig) instaladas em área de 122 hectares antes pertencentes ao Centro Penitenciário, nas proximidades do complexo prisional de Aparecida de Goiânia, tiveram os terrenos doados pelo governo do Estado em troca da reserva de 5% de sua mão-de-obra à população carcerária.

"Isso acabou não acontecendo. Há um contingente pequeno de presos trabalhando e é necessária uma política política mais agressiva do poder público nessa área", observa o juiz.

Para os presos que trabalham, a Lei de Execuções Penais prevê alguns benefícios. A principal delas é a remissão da pena.

CAPACITAÇÃO

Em relação aos cursos de capacitação destinados aos presos, o presidente da Agência Prisional destaca que em 2001, diferentemente do que informa o relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União, 720 presos que cumprem pena no complexo prisional de Aparecida de Goiânia e de outras 17 cidades foram capacitados em cursos profissionalizantes.

Provavelmente no final deste mês, informa, novos cursos serão oferecidos, agora, com 590 vagas. Os cursos são resultado de convênio com o Ministério da Justiça no valor de R\$ 122,4 mil. "Vamos fazer convênios com o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para realização de cursos com recursos próprios do Estado", revela ele.

CHANCES RARAS

POPULAÇÃO DE PRESOS POR 100 MIL HABITANTES NO BRASIL

1995: 95,5 presos por 100 mil - Aumento de 53%
2002: 146 presos por 100 mil - Déficit do sistema:
62.490 vagas

POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM GOIÁS

Total: 6,5 mil - Condenados: 1,9 mil
Complexo Prisional em Aparecida de Goiânia - 3,5 mil
Provisórios: 1,6 mil
Interior: 3 mil

O QUE DIZ A LEI

(Lei de Execuções Penais - LEP, Lei nº 7.210, de 11/07/1984)

A assistência ao preso é dever do Estado e deve se dar no plano jurídico, educacional, social, religioso e também quanto à saúde do detento.

O processo educacional direcionado à pessoa presa deverá necessariamente compreender a instrução escolar e a formação profissional.

O ensino fundamental é obrigatório, a alfabetização é compulsória para os analfabetos, o ensino profissional deve ser ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico e o trabalho do condenado deverá ter finalidade educativa e produtiva. A remuneração do preso não pode ser inferior a três quartos do salário mínimo.

O trabalho do sentenciado é contado para efeito de remissão de pena, na ordem de três dias de trabalho para remissão de cada um dia de pena a ser cumprida.

O DIAGNÓSTICO

Os principais problemas levantados:

- A qualificação profissional não promove ampliação e manutenção da capacidade produtiva do preso e não mostra efeitos sobre auto-estima e o convívio social;
- O perfil educacional da população carcerária demonstra situação de baixa escolaridade. As atividades educacionais são implementadas de forma isolada;
- As penitenciárias não foram planejadas para a realização de atividades de educação, profissionalização e de trabalho;
- A descontinuidade da atividade de ensino é total;
- A jornada de trabalho dos presos não contribui para a participação dos presos em atividades escolares;
- Há acentuada carência de profissionais para lecionar nas prisões;
- O ambiente é considerado insalubre para as atividades;
- Há pouco envolvimento das secretarias de educação no ensino nas unidades prisionais;
- O trabalho desenvolvido não alcança resultados quanto a empregabilidade;
- As unidades prisionais dispõem de número e variedade reduzida de oficinas e não têm espaço físico adequado para atividades laborais; e
- É comum a remuneração do preso com menos de 3/4 do salário mínimo, valor garantido pela LEP.

REMISSÃO DA PENA PODE INCENTIVAR PRESOS A ESTUDAR

Embora duas salas da Escola Estadual Dona Lourdes Estivalete Teixeira estejam funcionando com divisórias por falta de espaço, a instituição tem condições de oferecer mais vagas aos presos. No entanto, a diretora Filogônia Alves Santana revela que muitos presos resistem em estudar, principalmente porque muitos deles preferem trabalhar. Primeiro pela renda que obtêm e, segundo, pela remissão da pena, prevista em lei.

FALTA DE POLÍTICA DEFINIDA NO SETOR AGRAVA SITUAÇÃO.

O documento produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que as atividades educacionais desenvolvidas nas penitenciárias são implementadas, de um modo geral, de forma isolada. O quadro encontrado, segundo a auditoria, “é resultado da inexistência de uma política pública federal direcionada à ressocialização do preso”.

O promotor Haroldo Caetano da Silva, da área de Execuções Penais, concorda e ressalta que no Estado a situação se repete.

“Goiás não dispõe de uma política penitenciária. É evidente que necessitamos de programas na área educacional e de trabalho, mas vivemos numa condição onde sequer temos estabelecimentos prisionais. A CPP (Casa de Prisão Provisória), por exemplo, está tão lotada que os presos estão dormindo por turnos”, comenta ele. Uma prova de que a área de segurança do sistema prisional brasileiro aparece em escala de importância privilegiada está na distribuição do quadro geral de agentes penitenciários no País por área de atuação. Segundo levantamento do Seprog, nas áreas inerentes à ressocialização estão alocados 11,7% do total de agentes, enquanto o setor de segurança consome 72,5% dessa mão-de-obra.

RECURSOS

Em Goiás, outro exemplo prático diz respeito à aplicação de recursos no sistema penitenciário. De 2001 para cá, o governo investiu R\$ 1,9 milhão no sistema. Os projetos na área social (incluindo convênios de capacitação, núcleos de apoio às famílias dos sentenciados, mutirões de execução penal e capacitação de servidores) consumiram, desse montante, menos de R\$ 150 mil (cerca de 8% do total).

A política nacional de investimentos no setor também segue a mesma hierarquia de importância. Em 2001, o governo federal investiu R\$ 238,6 milhões no Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário. As ações de profissionalização só foram contempladas com 1,38% desse valor. O documento do TCU deixa claro que essa diferença na aplicação dos recursos acontece em razão dos inúmeros outros problemas inerentes ao sistema prisional brasileiro. Praticamente toda semana, unidades prisional são tomadas por rebeliões de presos, descontentes com a assistência recebida.

Conforme a auditoria, a maior parte do dinheiro investido pelo governo federal visa diminuir o déficit de vagas do sistema prisional, hoje estimado em 62,5 mil vagas. O complexo prisional instalado em Aparecida de Goiânia é um exemplo claro. Tanto a Casa de Prisão Provisória (CPP) quanto o Centro Penitenciário Coronel Odenir Guimarães (antigo Cepaigo) estão superlotados e abrigam hoje o dobro da sua capacidade.

O Popular – 9/11